



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 3521 - GO (2021/0224039-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
REQUERENTE : J Y DE S
ADVOGADOS : LEANDRO MELO DO AMARAL E OUTRO(S) - GO022097
LEONARDO MELO AMARAL - GO024202
ISONILDA APARECIDA DE SOUZA - GO041996
REQUERIDO : N C DOS S S
ADVOGADO : PAULO FERNANDO CHADÚ RIBEIRO BORGES - GO022447

DECISÃO

Cuida-se de TUTELA PROVISÓRIA interposta por J. Y. DE S. com pedido liminar para que seja indeferido o pedido de atribuição de efeito suspensivo (fls. 200-204) determinado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS quando da admissibilidade do recurso especial interposto pelo requerido.

Alega a parte recorrente que "Portanto, eventual manutenção do efeito suspensivo ao Recurso Especial pode significar a completa irreparabilidade da lesão patrimonial decorrente da filiação erroneamente IMPUTADA ao falecido. Em termos patrimoniais, significarão esvaziamento da decisão judicial que desconstitui a filiação e a perpetuação da lesão causada à autora." (fl. 14).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte recorrente não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo apenas com argumentos genéricos, sem especificação ou individualização do caso concreto.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de suspensão de efeito suspensivo ao

recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente